

MARXISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

MARXISMO Y EDUCACIÓN: DESAFÍOS CONTEMPORÂNEOS

MARXISM AND EDUCATION: CONTEMPORARY CHALLENGES

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i1.67549>

Márcia Santos Lemos¹

Oswaldo Teodoro dos Santos Filho²

O século XXI chega ao seu primeiro quarto, e é neste momento, a partir de uma conflitiva dinâmica social, na qual as assimetrias entre as classes sociais também se expressam em paradigmas curriculares tecnicistas e reacionários, que apresentamos às/aos leitoras/es o dossiê intitulado “*Marxismo e educação: desafios contemporâneos*”. Nesta quadra histórica, o projeto do capital para a educação avança *pari passu* e em consonância com a financeirização, o ultraliberalismo, a ascensão da extrema direita neofascista, a desregulamentação das relações de trabalho, o “giro” de trabalhadoras por meio da imigração, a privatização do trabalho socio-reprodutivo e a ameaça constante das policrises que reprimem os movimentos sociais e tensionam a reprodução da vida.

Sob essas condições históricas, trazemos à tona, como cerne desta edição, um imprescindível tema para a classe trabalhadora, qual seja, a candente questão da educação na atualidade e suas interfaces à luz da tradição marxista. Desde o espraiamento das universidades e dos sistemas escolares, impulsionados pela sociabilidade burguesa a partir do século XIX, por variadas razões, mas essencialmente pela necessidade da formação da força de trabalho, força motriz dos meios de produção, compreender a dinâmica educacional se impõe como uma tarefa fundamental para a intervenção na realidade.

O processo de industrialização na Europa Ocidental e nos Estados Unidos provocou uma mudança essencial nas formas de educação. Até então, a formação familiar e religiosa predominava – limitando-se a espaços circunscritos, restritos a poucas áreas do conhecimento, conformando-se em ações de menor expressão. O século XIX consolidou o modo de produção capitalista, configurando-se como uma etapa histórica de desenvolvimento das forças produtivas que demandava letramento formal e especialização dos saberes entre frações da classe trabalhadora.

Sobre as características dessa educação na sociabilidade capitalista, Marx e Engels não escreveram obras específicas, mas, sem dúvida, não minimizaram seus impactos na sociedade capitalista; pelo contrário, as referências sobre a temática³, ainda que surjam descontinuadas ao longo de suas respectivas produções teóricas, possibilitam extrair uma substancial crítica às formas de ser e as concepções de educação capitaneadas pela burguesia.

Em boa medida, o tema da educação pode ser destacado na trajetória marxiana já nos anos 1840, especialmente na *Terceira tese sobre Feuerbach*, em oposição ao materialismo sensível, bem como o socialismo utópico. Marx critica a compreensão idealista acerca do tema: no âmbito das formulações sobre a educação, destacavam-se dualismos entre educadores e educandos, pelos quais os primeiros pareciam gravitar não apenas sobre os educandos, mais sobre toda sociedade, alheios às intempéries vigentes. É neste sentido que Marx (2007, p. 533-534) afirma que:

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelo homem e que o próprio educador tem de ser educado [...] A coincidência entre altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.

As passagens críticas acerca da educação nas obras marxianas, assim como suas intervenções a partir de apreensão dialética e materialista da realidade, nunca se adequaram aos reformismos, menos ainda, num sentido moralizante; pelo contrário, versavam de modo a se afastar dos imediatismos, criando um marco de orientação bastante diferente; isto é, uma sociedade sem classes sociais na qual os indivíduos seriam verdadeiramente iguais e as relações de exploração desapareceriam. Ainda que por vezes mencionado, vale recuperar os debates do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores:⁴

Por *educação*, entendemos três coisas:

1. Educação intelectual;
2. Educação *corporal*, tal como é produzida pelos exercícios de ginástica e militares;
3. Educação *tecnológica*, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção, e ao mesmo tempo iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos de indústria. (MARX, 1978, p. 223)

A formulação exposta nos ajuda a compreender que, ao incorporar a perspectiva de uma educação integral, – ou seja, uma educação que aborde o desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas – Marx atuou em sentido oposto a uma das marcas indelévels da sociedade capitalista, que é a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Destarte, demarcando como horizonte a superação do modo de produção capitalista, acreditamos que o debate sobre a temática educacional, a partir dos escritos marxianos e de seus desdobramentos ao longo do tempo, continua sendo uma referência em produções relevantes da contemporaneidade.

É importante sinalizar que os sistemas educacionais gerenciados pelo Estado emergiram no âmago das sociedades capitalistas, desse modo, encontram-se muito mais relacionados às exigências do capital do que aos interesses das/os trabalhadoras/es. Entretanto, por contradição, assim como a maioria das esferas subjacentes ao atual modo produtivo, o aparato educacional, desenvolvido pela burguesia, pode se converter em um aparelho a ser empregado noutro tipo de sociabilidade, com objetivos que lhes

são próprios, como demonstra Nadejda Krupskaja em suas formulações no período inicial da Revolução Russa. (Krupskaja,, 2020) Assim, sublinhando a educação como determinada pelas condições sociais, Marx e Engels (2005, p.55) afirmam que “os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante.”

Mais de uma década após 1848, Marx sinalizou que a educação desenvolve, preservando ou alterando, a capacidade de trabalho de uma forma especializada, ou seja, a produção contemporânea demanda trabalhadores com saberes amplos e competências práticas, além de uma adaptabilidade que contribui para a inovação tecnológica. De modo que, não isento de contradições, o saber científico difundido nos espaços escolares é uma força produtiva em potência, bem como um componente fundamental das economias capitalistas.

A partir dessas considerações seminais, as investigações sobre o tema dentro do campo marxista se desdobraram. Sendo ponto comum a interrelação entre a reprodução do modo de produção e as formas de educação na sociedade capitalista, implicando numa divisão que estabelece a separação entre os tipos de aprendizagem, fica posta uma divisão social e técnica que influencia e se institui como central na dinâmica de exploração das/os trabalhadoras/es. Se, por um lado, os debates sobre a educação, no final do século passado, evidenciaram os aparatos de ensino como mecanismos de reprodução social, destacando a função da escola como um aparelho ideológico do Estado;⁵ por outro lado, muitos teóricos marxistas caminharam na direção de superar essa visão, demonstrando, não longe das contradições, a socialização do saber científico difundido através dos sistemas escolares como indispensáveis para o desenvolvimento humano.⁶

Na esteira dos desdobramentos marxistas acerca da temática, destaca-se a permanente tensão na relação entre educação e Estado. Por vezes, parece haver uma espécie de embaraço no desenlace desta questão; no entanto, podemos supor que essas implicações, entre outros motivos, decorrem de uma apreensão parcial da obra marxiana. A posição expressa por Marx acerca de uma educação subsumida ao Estado torna-se evidente após a experiência da Comuna de Paris.⁷ Em 1875, no escrito conhecido como *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx ressalta:

Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado”. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola. No Império prussiano-alemão (e não se escapa da questão com o cômodo subterfúgio de que se trata de um “Estado futuro”; já vimos no que este consiste), é o Estado que, ao contrário, necessita receber do povo uma educação muito rigorosa. (2012, p. 46)

A dimensão de uma educação pública não pode se limitar à dimensão estatal e, tampouco, à oferta aos indivíduos de forma geral, de modo que “[...] a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (Marx, 2011, p.54). Em outras palavras, uma educação pública não pode se apresentar subordinada aos interesses

particularistas, ainda que seja ofertada de forma gratuita pelo Estado. Ou seja, uma educação que se reivindica pública deve se constituir efetivamente por meio de esferas populares, assim como a sociedade deve ser erguida de baixo para cima, e não de cima para baixo; isto é, deve ser forjada, sobretudo, a partir dos interesses das/os trabalhadoras/es.

Longe de esgotar as discussões e polêmicas sobre a educação presentes no complexo edifício teórico-prático elaborado por Marx e Engels, bem como de abordar seus desdobramentos decorrentes das diferentes vertentes do marxismo, e sublinhando a necessidade de entender os processos de formação humana de modo mais amplo – incluindo o aparelho escolar, mas sem se limitar a ele – convidamos leitoras e leitores, diante de um cenário árido e desafiador para a classe trabalhadora, a localizar, analisar e propor mediações que possam se consolidar como práxis transformadora, capazes de modificar as diversas realidades que sustentam e reproduzem as atuais estruturas sociais.

De tal modo, algumas questões são imperativas no mundo contemporâneo. De que forma as investigações que assumem como referencial teórico o marxismo podem contribuir de forma prática com a superação dos desafios hodiernos? A partir da realidade brasileira, cujas funções empreendidas na mundialização do capital conferem uma situação de subordinação aos interesses de países imperialistas, como apreender os impactos das atuais políticas educacionais para a classe trabalhadora? Como compreender a condição das escolas, das universidades e das/os profissionais da educação na reprodução do capital? Há uma contraofensiva possível para além da “mera” resistência?

A partir dessas questões, caras ao debate sobre a educação, apresentamos um conjunto de investigações e análises que reivindicam a vitalidade da tradição marxista como indispensável aos desafios contemporâneos. Os estudos, atentos às múltiplas determinações e formas ampliadas de capturar a totalidade das relações sociais, versam sobre experiências concretas no chão das escolas, universidades e distintos espaços de luta da classe trabalhadora. De tal modo, o **dossiê “Marxismo e educação: desafios contemporâneos”** é aberto com a **Entrevista** de Franciele Rebellato, cineasta e fotógrafa, professora de Cinema e Audiovisual e do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Doutora em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Secretária-Geral do ANDES-SN (gestão 2023-2025). Rebellato retoma sua trajetória acadêmica e militante para analisar os desafios de construir um projeto de educação popular na contramão dos preceitos que orientam a fase atual de desenvolvimento do modo de produzir e existir da ordem capitalista.

Na sequência, o artigo “Ideologia e educação: a lógica reprodutiva do capital”, assinado por Tacielly Nascimento Bispo, Samyly Islane da Silva e Renalvo Cavalcante Silva, analisa a relação entre a educação e o capital na produção de força de trabalho subsumida ao mercado. Já Carolina Borghi Mendes e Jorge Sobral da Silva Maia, em “A categoria totalidade como fundamento para a educação ambiental crítica”, colocam em foco, a partir do materialismo histórico-dialético, a Educação Ambiental, apontando para sua articulação com o cenário socioeconômico mundial e superação das aparências fetichizantes das responsabilidades individuais mobilizadas nas estruturas curriculares. Viviane Tavares Furtado, Robson Loureiro e Luceleia Francisco da Silva deslocam suas reflexões para “Alfabetização, ideologia e educação:

um diálogo entre o clássico dos três caracteres e o contexto brasileiro”, perscrutando a tradição confucionista, enquanto locus de “inculcação” de valores na China imperial, as críticas maoistas até a sua aplicação atual, e as tensões entre “tradição, modernidade e emancipação” a partir de paralelos com a realidade brasileira.

Sobre os desafios do sistema educacional no Brasil, três artigos formulam um importante debate acerca de três problemas atuais: “Vigilância, plataformização da educação e possíveis saídas: um breve panorama”, de Janaina do Rozário Diniz e Aluizio Barbosa de Oliveira Neto; “Pragmatismo e educação: a roupagem mercadológica da eliminação na reforma do Ensino Médio”, de Mirthis Yammilit da Conceição Almeida, Bruno Jadson Jardelino Gomes, Raquel Garcia da Silva e Antonio Ronaldo Aquino e Silva; “Das instituições de ensino às instituições vocacionais: reforma do ensino médio, reestruturação produtiva e a nova escola neoliberal”, de Paulo Gustavo Moreira Roman. O primeiro aborda o emprego de plataformas “operadas por monopólios digitais” e como essas corporações atuam como mediadoras na seleção e veiculação de conteúdos, apontando a urgência de infraestruturas públicas e do debate sobre seus usos. O segundo destaca o aspecto mercadológico da Reforma do Ensino Médio, localizando-o na agenda neoliberal do século XXI, que tem impacto profundo na constituição de uma “nova” classe trabalhadora, “relaxada” à barbárie capitalista, assim como fazia o Tribunal da Santa Inquisição com os condenados à morte e entregues ao braço secular do Estado para execução formal. Em que pese às tintas desta última descrição, esse bloco de artigos é encerrado com “um anúncio” – nada alvissareiro, como diriam os romanos –, a conversão das instituições de ensino em lugares de vocação, onde os jovens brasileiros são orientados a seguirem suas habilidades, quais sejam, constituírem-se em força de trabalho necessária à reestruturação produtiva do capital, empresários de si mesmos, onde “valores econômicos operam como valores morais”.

Outro aspecto relevante no debate contemporâneo sobre educação é a formação docente, suas condições de trabalho e novas formas. Aqui reunimos os escritos de Halisson Keliton Ramos dos Santos e Michele Silva Sacardo, acerca do “Referencial teórico norteador dos estudos sobre formação de professores na produção do conhecimento *stricto sensu* sobre o PIBID”. O artigo problematiza a preparação de professores/as alinhados/as com os projetos liberais de educação por meio de um programa institucional, o PIBID, que inculca a produção de soluções individuais e “criativas” para problemas estruturais. Também nesta perspectiva, Tatiane Carneiro Coimbra, Hajime Takeuchi Nozaki e Thiago Barreto Maciel abordam “O recrudescimento neoliberal e o desenvolvimento das estruturas avançadas do capitalismo no e na educação física brasileira”, destacando como CONFED/CREFs e da ACAD têm se colocado num campo conservador e alinhado com os preceitos neoliberais de modo a reverberar na constituição dos profissionais e no seu fazer cotidiano. Quanto ao texto de Lucas Montes Werneck de Freitas e Carlos Soares Barbosa, que se debruça nos meandros da “Educação domiciliar brasileira: desvendando a narrativa ‘salvadora’ no discurso legislativo brasileiro”, analisa como este é um campo em disputa, onde setores conservadores apresentam o formato *homeschooling* como “alternativa à compulsoriedade da educação escolar”, mobilizando questões morais, religiosas e políticas para convencer a opinião pública ao tempo em que propõe um projeto privatista e acrítico de educação.

Por fim, o **Dossiê** é concluído com dois estudos de caso singulares. Diego Grossi e Roberto Carlos Schiffler Neto examinam “O silenciamento sobre a classe trabalhadora e os grupos subalternos no currículo escolar em Petropolis-RJ: a disciplina de História, Geografia e Turismo de Petropolis (HGPT) e as memórias acerca da ‘cidade imperial’”. Ao fazê-lo, por meio da Pedagogia Histórico-crítica, denunciam o elitismo da estrutura curricular e a invisibilização dos movimentos sociais que se constituíram na região. Já Flávio Santos de Oliveira e Cláudio Felix dos Santos localizam seus estudos sobre “As comunidades eclesiais de base e a educação de adultos em Vitória da Conquista: experiências e memória (1970 a 1985).” Os autores discutem a alfabetização de adultos pelos CEBs, mas especialmente como esses espaços contribuíram para a organização da comunidade por direitos sociais.

A seção de **Artigos** reúne quatro manuscritos que instigam o debate teórico, passando por John Locke, Karl Marx e Guy Debord. Anderson Alves Esteves, em “John Locke e a educação”, examina o pensamento do autor sobre temas como trabalho, patriarcalismo, direito natural e contrato social. Osmar Martins de Souza e Ruth Maria de Paula Gonçalves deslocam seu escopo para a “Revolução Social e emancipação humana no jovem Marx,” a partir da análise de *Sobre a Questão Judaica, Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano*. Na sequência, Lucas Carvalho Peto avalia “A crítica de Marx ao ‘método econômico-metafísico’ em *Miséria da Filosofia*.”, em diálogo com a tese proudhoniana sobre o valor. Por fim, Fabiano José Araújo dos Santos encerra a seção discutindo “Espetáculo e financeirização”, numa análise provocativa sobre a teoria do Guy Debord acerca da dinâmica do capitalismo.

Na seção **Documentos/clássicos**, Livia de Cássia Godoi Moraes entrega ao público da revista *Germinal* três traduções inéditas de um debate seminal sobre marxismo e feminismo, veiculado no livro *Women & revolution: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and Feminism [Mulheres e revolução: uma discussão sobre o casamento infeliz entre marxismo e feminismo]*, organizado por Lydia Sargent. Aqui encontramos uma bela introdução da tradutora – “Por que retomar o debate sobre ‘casamentos e divórcios’ entre feminismo e marxismo?” – quanto ao debate que fomentou a escrita do livro e a seleção dos textos a serem vertidos para língua portuguesa, que recomendamos ler na ordem disposta no sumário: “O casamento infeliz entre marxismo e feminismo: por uma união mais progressista”, de Heidi Hartmann; “Para além de um ‘casamento infeliz’: uma crítica à teoria dos sistemas duplos”, de Iris Young; e “Marxismo e feminismo: casamento infeliz, separação experimental ou algo além”, de Lise Vogel.

Duas resenhas, em consonância com a temática dessa edição, fecham o nosso número. Caroline Didley apresenta “Educação, autocracia e economia comportamental: a “nova” face da concepção educacional hegemônica no Brasil”, de autoria de Thiago Vasquinho Siqueira; e Kathiucia Bertollo discute o livro “Universidade Popular: concepção latino-americana de universidade”, de Giovanni Frizzo.

Lembramos às/aos leitoras/es da revista *Germinal* que esta é a primeira parte do dossiê “*Marxismo e educação: desafios contemporâneos*”. Em face do grande número de artigos, da extensão do tema e de sua relevância, logo publicaremos a segunda parte no volume 17, número 2, de 2025.

Cada vez mais o trabalho editorial de produção de revistas acadêmicas, públicas e gratuitas, é realizado sob péssimas condições laborais e processos de trabalho desvalorizados, na maior parte, voluntário e não remunerado. Por isso, o nosso agradecimento especial a todas as pessoas envolvidas nessa complexa engenharia de editoração: leitoras e leitores, autoras e autores, avaliadoras e avaliadores, equipe e comissão editorial! Boa leitura!

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.
- KRUPSKAIA, N. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- MARX, K. **A guerra civil na França**. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo 2012
- MARX, K. Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório [da AIT] a propósito de diversas questões (Extracto). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa: Moraes, 1978.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavine Martorano. São Paulo: Boitempo. 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **História, natureza, trabalho e educação**. FRIGOTTO, Gaudêncio et al. (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Notas

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. (UFF). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Líder do Laboratório de Estudos Marxistas (UESB) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0926898464030331>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0316143579329016>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3527-139>. E-mail: marcialemos.uesb@gmail.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claro (UNIMONTES). Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Capital (GEPT-UNIMONTES): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/4737238843270211>. Professor de História efetivo da Rede Estadual de Educação Básica de Minas Gerais (SEE-MG). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4737238843270211>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4869-4411>. E-mail: osvaldoteodoro2003@gmail.com.

³ Recomendamos a leitura da coletânea *História, natureza, trabalho e educação*, organizada por Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Caldart, com escritos de Marx e Engels sobre as temáticas elencadas no título. A terceira parte do livro é inteiramente dedicada às reflexões sobre trabalho e educação.

⁴ As Instruções foram elaboradas por Marx para os representantes do Conselho Central Provisório (mais tarde chamado Conselho Geral) durante o I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado em Genebra de 3 a 8 de setembro de 1866. As Instruções forneciam respostas às questões que deveriam ser analisadas pelo Congresso. Elas apresentavam diversas tarefas específicas: a luta pela sua implementação deveria unir as massas operárias, aumentar a sua consciência de classe e atraí-las para a luta comum da classe trabalhadora. Seis dos nove parágrafos neles formulados por Marx foram adotados como resoluções do Congresso: sobre a unidade de ação

internacional, a redução da jornada de trabalho, o trabalho infantil e juvenil (de ambos os sexos), o trabalho cooperativo, os sindicatos e os exércitos permanentes.

⁵ Ver Althusser, 1983. Cabe ressaltar, as análises althusserianas, mesmo com limites, desempenham um papel fundamental nos estudos relacionados ao campo da educação, inaugurando, até então, um debate praticamente ausente.

⁶ No Brasil, destaca-se a Pedagogia Histórico-Crítica, tendo como precursor o professor Dermeval Saviani

⁷ Ver Marx, 2011.